



**INSTALADA ANTENA DA
1^a ESTAÇÃO DE TV 3.0
DE BRASÍLIA**

Estação experimental foi montada na Torre de TV

Teve início na segunda-feira (2), na Torre de TV, a instalação da antena da primeira estação de TV 3.0 de Brasília — a próxima evolução da TV aberta brasileira.

O evento marcou o começo da operação da unidade que servirá como laboratório para a nova tecnologia na capital federal, projeto considerado central para o cronograma de implementação do sistema no Brasil.

Operando em um canal de 6 MHz, a estação experimental possui capacidade de cobertura em todo o Plano Piloto e permitirá a avaliação de soluções avançadas de recepção e transmissão de sinal.

A cerimônia reuniu o presidente da EBC, André Basbaum; o diretor do Departamento de Radiodifusão Privada do Ministério das Comunicações, Nelson Neto; o conselheiro da Anatel, Octavio Pieranti; e o gerente de projetos da Seja Digital, William Zambelli, além de outras autoridades e lideranças do setor de radiodifusão.

A Abratel foi representada por Wender Souza, assessor de engenharia, que detalhou a importância da iniciativa. Segundo ele, a estação de testes foi uma proposta do setor de radiodifusão “e servirá de laboratório para testes de TV 3.0”.



A infraestrutura possibilitará a análise de novos formatos de áudio e vídeo, além de aplicações interativas específicas do padrão 3.0.

Por ser a primeira estação com esta configuração em Brasília, o laboratório poderá ser utilizado por radiodifusores de todo o país, via EAD, para validar tecnologias e serviços em TV 3.0 de forma inédita na capital.

Sobre a transição, o conselheiro Octavio Pieranti destacou que o sistema mantém os pilares da televisão brasileira ao introduzir novas possibilidades.

“Acredito que estamos abrindo a porta para um sistema que mantém todas as características da televisão brasileira,

que tanto entusiasma a população há décadas, ao mesmo tempo em que cria novos horizontes”, afirmou.

Pieranti ressaltou, ainda, os impactos diretos na cidadania: “A TV 3.0 permitirá maior diversidade, pluralidade, inclusão social e a prestação direta de serviços públicos. O telespectador passa a se relacionar com o aparelho de televisão de uma forma diferente; ele passa a representar muito mais no cotidiano dos brasileiros”.

Além das atividades experimentais, a estação poderá ser aproveitada para a veiculação das programações da EBC e da Rede Legislativa em Brasília, unindo o desenvolvimento tecnológico à oferta de conteúdo público.





Abratel apoia campanha de enfrentamento ao feminicídio

Em resposta à escalada da violência de gênero, em que quatro mulheres são vítimas de feminicídio a cada 24 horas no país, o Governo do Brasil lançou, na quarta-feira (4), o Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio.

A iniciativa tem o apoio da Abratel e visa prevenir a violência letal contra meninas e mulheres no país.

As emissoras de TV associadas à Abratel poderão veicular, gratuitamente, dois vídeos produzidos pela campanha: um de 30" e outro de 60".

Em caso de dúvidas, entre em contato com imprensa@abratel.org.br.

Sobre o Pacto

O Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio parte do reconhecimento de que a violência contra as mulheres e meninas no país é uma crise estrutural que não pode ser enfrentada por ações isoladas.

O lançamento da iniciativa será acompanhado por uma estratégia de comunicação de alcance nacional, orientada pelo conceito "Todos juntos por todas", que amplia o chamado para além de mulheres e meninas e convoca toda a sociedade — especialmente os homens — a assumir um papel ativo como aliados no enfrentamento à violência.

[Clique aqui e baixe os materiais para divulgação](#)



TSE autoriza prorrogação do horário das inserções nacionais de propaganda partidária em rádio e TV

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorizou a prorrogação excepcional das faixas de exibição das inserções nacionais de propaganda partidária veiculadas pelas emissoras de rádio e televisão no primeiro semestre de 2026.

A decisão, proferida pela ministra Carmen Lúcia, presidente da Corte, aplica-se às terças, quintas e sábados, nos casos em que houver comprovada impossibilidade de interrupção da programação em razão da transmissão obrigatória do programa *A Voz do Brasil*, de eventos esportivos ao vivo ou de cerimônias religiosas.

Nessas hipóteses específicas, a veiculação das inserções poderá ser estendida até a meia-noite, exclusivamente para compensar conteúdos que não tenham sido exibidos no horário regular, compreendido entre 19h30 e 22h30.

Permanecem válidas, contudo, as regras

de distribuição por faixas horárias e de proporcionalidade previstas no artigo 14 da Resolução TSE nº 23.679/2022, bem como a vedação à veiculação de inserções sequenciais, devendo ser respeitado o intervalo mínimo de 10 minutos entre cada exibição.

A decisão reforça o entendimento já consolidado do TSE sobre a possibilidade de flexibilização excepcional das faixas de exibição, conferindo maior segurança jurídica às emissoras e evitando a multiplicação de pedidos individuais à Justiça Eleitoral.

O Tribunal também esclareceu que situações não expressamente previstas na norma deverão ser submetidas à análise da Justiça Eleitoral e que, no caso das inserções estaduais — veiculadas às segundas, quartas e sextas-feiras —, eventual prorrogação continuará sob a competência dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs).



Mensagem ao Congresso Nacional 2026

Governo Federal prioriza TV 3.0 e regulação do streaming em Mensagem ao Congresso Nacional

O Governo Federal oficializou, por meio de sua Mensagem ao Congresso Nacional para 2026, que a consolidação da TV 3.0 e a regulação dos serviços de vídeo sob demanda (VOD) são os pilares centrais da estratégia de soberania digital do país.

Pela primeira vez, o setor audiovisual foi plenamente integrado à Missão 4 da Nova Indústria Brasil (NIB), reconhecendo seu impacto econômico que, apenas em 2024, adicionou R\$ 32,7 bilhões à economia nacional e gerou quase 80 mil empregos diretos com remunerações significativamente acima da média de mercado.

No campo da radiodifusão, a transição para a TV 3.0 é tratada como uma política de Estado vital para garantir a relevância da comunicação aberta e gratuita frente à concorrência das plataformas globais. Com a publicação das normas técnicas pela ABNT e a edição do Decreto nº 12.595/2025, a indústria já se encontra apta a iniciar a produção de transmissores e receptores compatíveis.

Para sustentar essa evolução tecnológica, o governo assegurou o financiamento de US\$ 500 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Banco Mundial, além de incluir a expansão da tecnologia nos objetivos estratégicos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) até 2027.

Paralelamente, a agenda legislativa foca na criação de um ambiente competitivo mais equilibrado. O Executivo reforçou a necessidade de aprovar o marco regulatório do streaming, que prevê a remuneração de criadores e o regramento do uso de inteligência artificial.

Somado a isso, o Projeto de Lei de Concorrência Digital Justa (PL 4.675/2025) propõe mitigar o poder de plataformas de relevância sistêmica, criando uma Superintendência de Mercados Digitais no CADE. Outro avanço estrutural é o Redata, regime especial que incentiva a instalação de datacenters no território brasileiro para reduzir a dependência externa no processamento de dados.

ABRATEL na NABSHOW 2026

18 A 22 DE ABRIL
Las Vegas, Nevada

Saiba mais em:

abratel.org.br/nabshow

Realização:

ABRATEL.

Apoio:

 **RECORD**  **Im telecom**





Maria Rosas assume a CCOM: Câmara define presidências das Comissões Permanentes

Com o início do ano legislativo, a Câmara dos Deputados concluiu, nesta semana, a eleição dos presidentes de importantes comissões permanentes, que passam a conduzir os trabalhos temáticos da Casa ao longo da legislatura.

Merece especial destaque a Comissão de Comunicação (CCOM), principal instância de tramitação das matérias de interesse do setor de radiodifusão sonora e de sons e imagens, que passa a ser presidida pela Deputada Maria Rosas (Republicanos/SP).

É nesse colegiado que se concentram as proposições legislativas relacionadas aos meios de comunicação social, à liberdade de imprensa, às redes sociais, à produção e programação das emissoras de rádio e televisão, bem como aos temas de outorga e renovação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, configurando-se como a principal arena institucional de defesa

dos interesses do setor.

Confira a lista dos eleitos para a presidência dos colegiados:

- Comissão de Administração e Serviço Público (CASP): Dep. Delegada Ione (AVANTE/MG);
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR): Dep. Luiz Nishimori (PSD/PR);
- Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS): Dep. Juliana Cardoso (PT/SP);
- Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI): Dep. Átila Lira (PP/PI);
- Comissão de Comunicação (CCOM): Dep. Maria Rosas (Republicanos/SP);
- Comissão de Cultura (CCULT): Dep. Carol Dartora (PT/PR);
- Comissão de Defesa do Consumidor (CDC): Dep. Clodoaldo Magalhães (PV/PE);
- Comissão de Defesa dos Direitos

das Pessoas com Deficiência (CPD): Dep. Rodrigo Rollemberg (PSB/DF);
 - Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE): Dep. Jadyel Alencar (Republicanos/PI);
 - Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU): Dep. Keniston Braga (MDB/PA);
 - Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR): Dep. Alice Portugal (PCdoB/BA);
 - Comissão de Esporte (CESPO): Dep. Saulo Pedroso (PSD/SP);
 - Comissão de Minas e Energia (CME): Dep. Joaquim Passarinho (PL/PA);
 - Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE): Dep. Moses Rodrigues (União/CE);
 - Comissão de Legislação Participativa (CLP): Dep. Fred Costa (PRD/MG);
 - Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF): Dep. Bruno Ganem (PODE/SP);
 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN): Dep. Luís

Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP);
 - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO): Dep. Coronel Meira (PL/PE);
 - Comissão de Trabalho (CTRAB): Dep. Max Lemos (PDT/RJ);
 - Comissão de Turismo (CTUR): Dep. Daniela Reinehr (PL/SC);
 - Comissão de Saúde (CSAUDE): Dep. Giovani Cherini (PL/RS); e
 - Comissão de Viação e Transporte (CVT): Dep. Claudio Cajado (PP/BA).

Ainda aguardam instalação e eleição de suas respectivas presidências as Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); Educação (CE); Finanças e Tributação (CFT); Fiscalização Financeira e Controle (CFFC); Indústria, Comércio e Serviços (CICS); Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO); Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); e Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER).



EXPEDIENTE

Presidente
 Márcio Silva Novaes
Vice-presidente Administrativo
 Luciano Ribeiro
Vice-presidente Financeiro
 Veríssimo de Jesus
Vice-presidente de Televisão
 André Dias
Vice-presidente de Rádio
 Luiz Carlos Pereira do Nascimento
Diretor Geral
 Samir Nobre

Gerente Executiva
 Erinalva Araújo
Assessoria Jurídica e Regulatória
 Alvaro Vasconcelos
 Eduardo Lopes
Assessoria Técnica de Engenharia
 Wender Souza
Administrativo
 Ana Duarte
 Bruno Veras
 Lindinalva Tavares

Coordenador de RelGov
 Lindemberg Portela
Assessoria de Comunicação e Designer
 Amanda Salviano



ABRATEL.